

O QUE PEDEM OS AGRICULTORES E O QUE PODEM OS GOVERNOS  
COMENTÁRIOS

*Eliseu Alves<sup>1</sup>*

Em seu provocativo artigo Lacki põe em relevo quatro pontos, a saber:

- a. É imprescindível investir na educação dos agricultores sem o que é improvável que os grilhões da pobreza sejam quebrados.

Há um consenso sobre essa proposição. O que não é claro é se isto é possível ocorrer sem o desenvolvimento do país, principalmente, da indústria e do setor serviços, enfim da urbis, a fim de acomodar os migrantes do meio rural, num cenário em que a população rural esteja crescendo mais do que a capacidade de absorção de mão-de-obra pelas atividades agrícolas. Assim os investimentos em educação, somente produzem o máximo, num ambiente que amplia e diversifica as oportunidades de trabalho. Tendem a ampliar o êxodo rural, antes de gerar novas oportunidades de trabalho. É claro que uma população mais educada é capaz de gerar novos postos de trabalho, criar novas oportunidades de investimentos e de fazer o país crescer. Mas, os dois movimentos não se sincronizam no tempo. O efeito sobre o desenvolvimento econômico pode requerer uma geração. Aquele sobre a mobilidade da força de trabalho é mais imediato. Assim, concomitantemente com mais investimentos em educação rural, é preciso criar novos postos de trabalho para que seja possível absorver uma força de trabalho mais bem treinada. Sem isto, poucos frutos serão colhidos, numa primeira fase, dos investimentos adicionais no povo.

- b. O currículo da escola rural precisa ser reformulado de modo que contemple as aspirações dos agricultores e as necessidades de sua profissão.

---

<sup>1</sup> Eliseu Alves é pesquisador da Embrapa.

Trata-se de uma afirmação que se generalizou entre os educadores, não levada em consideração pelo sistema educacional. No fundo, ela pressupõe que a população rural não decrescerá rapidamente. Como isto não é verdade no Brasil, a opção por um currículo geral é correta. Qual é a chance de um menino de sete anos permanecer no meio rural, dos 14 anos aos 50 anos? A grosso modo, uma em quatro, ou menos.

- c. A eficiência da extensão rural precisa ser elevada e reforçada sua visão de que os agricultores necessitam de conhecimentos técnicos, de capacidade de enfrentar o mercado e de se organizarem para, competentemente, viabilizar suas reivindicações nas esferas de poder executivas e legislativas;
- d. Lacki é pessimista a respeito dos programas de crédito que visam capitalizar os agricultores e financiar o custeio. O fundamento do pessimismo é a falta crônica de recursos dos governos para suprir crédito a taxas de juros e prazos compatíveis com a rentabilidade da agricultura. Sem contar com sua incapacidade de bem gerir o crédito rural. Por isto, advoga que a capitalização deva ocorrer conforme a seguinte seqüência: usando os recursos disponíveis mais eficientemente e utilizando de tecnologias novas, pouco intensivas em capital, o agricultor gera um excedente que irá acumulando em um fundo e este fundo permitirá o financiamento de tecnologias cada vez mais sofisticadas, sem a necessidade de se recorrer ao crédito do governo. O fundo pertence a cada agricultor. Trata-se, obviamente, de um recurso de comunicação para significar a acumulação de recursos pelo agricultor. O fundo não precisa ter existência com tal nome.

Em relação ao crédito rural (do governo) agrega-se que, além da falta de recursos, taxas de juros e prazos incompatíveis com a rentabilidade da agricultura, a sua regulamentação contém mecanismos que autoeliminam as regiões mais pobres e os agricultores desfavorecidos. Auto-eliminam porque o **não** é dado pelo próprio regulamento, dando a falsa impressão que todos são iguais perante a lei. O Nordeste é um exemplo do poder de auto-eliminação do crédito rural: concentra 46% da população e, ainda, cerca de 90% da pobreza rural e recebe uma pequena parcela do crédito destinado a agricultura familiar. Mas, a geração do fundo de poupança, por intermédio de tecnologias pouco intensivas em capital e de um mais eficiente uso dos recursos, demanda muito tempo e poucos

agricultores são bem-sucedidos nesta empreitada. Crescem as evidências empíricas de que os agricultores, por tentativa e erro, aprendem a usar eficientemente, dentro das tecnologias que conhecem, os recursos que comandam. Assim, os ganhos são muito pequenos se novos insumos e conhecimentos, portanto tecnologias, não forem introduzidas. A grande maioria das tecnologias requer bastante capital, em comparação com o excedente adicional, que é pequeno, gerado pela reorganização do empreendimento. Assim sendo, sem o crédito do governo um número pequeno de agricultores, à exceção dos médios e grandes, tem condições de capitalizar seu empreendimento, mesmo que a extensão rural atinja a máxima eficiência.

Outra questão é o tamanho do problema. Estima-se que cerca de 500 mil agricultores têm capacidade de recorrer ao crédito, obter assistência técnica da extensão particular e de gerar um fundo de investimento de tamanho razoável que financie a capitalização e a modernização de seu empreendimento. E os outros 4,36 milhões<sup>2</sup>? A grande maioria está no Nordeste e freqüentou menos de dois anos de escola rural de péssima qualidade. Assim, não tem nem capital humano e nem físico para caminhar por conta própria. Necessita de assistência técnica e de crédito providos pelo governo. E autor está correto em afirmar que não há recursos e, eu acrescento, nem disposição para enfrentar tamanho desafio. Dessa forma, ao pessimismo do autor acrescento o meu.

Penso que a lógica da política agrícola, em relação aos 4,860 milhões agricultores, obedece, implicitamente, a sugestão do autor: o governo procura ampliar o acesso à escola primária, nas vilas e cidades que gravitam em torno da agricultura e dar condições de locomoção até as escolas, por ônibus e outros meios de transportes, aos filhos dos agricultores. O currículo é geral, visando dar poder de competição, nos mercados urbanos, para os jovens do meio rural. Aqui reside uma diferença em relação à proposta de Lacki que quer um currículo específico para o meio rural. A diferença está em que Lacki imagina que maioria dos filhos dos agricultores permanecerá no campo. E governo não tem esta ilusão, embora propale o oposto. Aliás, as taxas de retorno do currículo geral têm se mostrado mais elevadas, porque permite mais flexibilidade de ajuste a um mercado de trabalho dinâmico. Mas, uma reflexão mais profunda sobre posição de Lacki mostra que ela equívale à do governo. Como o governo

---

<sup>2</sup> O Censo de 1995/96 mostrou existir cerca de quatro milhões oitocentos sessenta mil estabelecimentos. Admite-se que cada estabelecimento equívale a um agricultor que toma decisão.

encontrará recursos para atender tamanha massa de agricultores e para corrigir as fraquezas da extensão pública, tanto de qualidade como de capacidade de atendimento? Lacki descrê que o governo venha aportar os recursos necessários. Certamente, para uma minoria de agricultores alguma coisa pode ser feita e melhorada. A grande maioria, como se depreende da exposição do autor, não terá chances no meio rural e a escola primária das vilas, das pequenas e das médias cidades ajudará, assim, os filhos dos agricultores a se adaptarem ao meio urbano, no mercado informal, a maioria deles, que é aquele que eqüivale a sua experiência de vida.

Cabe perguntar o que precisa ser feito para reformular a extensão rural e qual o tamanho do investimento necessário? Além disso, estará o governo disposto a pagar a conta? Como o autor, não temos uma resposta pronta. Mas um consenso se estabelece de que a extensão pública deve ter como público-alvo a agricultura familiar e os excluídos do meio rural. Porém, como está, burocraticamente organizada, muitos julgam que seus serviços custam muito caro, considerando-se a dispersão do público-alvo e a sua capacidade de resposta. Como baratear o custo de seus serviços? Uns pensam que deva ser administrada e, parcialmente, financiada pelas prefeituras, sob a supervisão estadual. Ainda mais radicalmente, que a organização estadual deve repassar os recursos para as associações de agricultores que contratarão os técnicos e os administrarão. Para os estados, ficam as responsabilidades de controle, supervisão e de treinamento. Que outras opções há? Penso eu que diretrizes de caráter geral são bem-vindas, mas urge discutir as questões específicas que atormentam a extensão rural. Quem sabe, numa outra oportunidade, o autor virá abordá-las!

O artigo de Lacki descobriu uma parte do véu que encobre a questão agrícola no país. Num vôo de grande altura pode enxergar os problemas da educação, extensão e crédito rural. Foi duro contra o paternalismo. Por não ter baixado à altitude onde labutamos, aumentou nossas angústias sem consolar-nos dos sofrimentos que se acumularam com o passar dos anos.